

Relato do I Encontro de Pescadores(as) Artesanais do Sul do Brasil

Guaraqueçaba, 13 e 14 de novembro de 2010

O Movimento dos Pescadores Artesanais do Litoral do Paraná (MOPEAR) nasceu a partir de uma reunião realizada em 2008 no Município de Guarapuava, quando estavam presentes dois representantes de cada seguimento de comunidades tradicionais do Estado. Entre os objetivos do MOPEAR está a luta contra os órgãos ambientais que oprime os pescadores em tudo, cercando-os. Outro objetivo é fazer a lei de baixo para cima. Mesmo a Convenção 169 e o Decreto 6040 ficam só no papel, de tal forma que os direitos humanos não se realizam na prática.

Os representantes do estado de Santa Catarina contaram que são pescadores artesanais que sobrevivem da pesca em pequena escala na área litorânea, vivendo em comunidades e tirando a sobrevivência da pesca e da agricultura. Por outro lado, enfrentam problemas gerados pela pesca industrial, especulação imobiliária, turismo de massa e impedimento de caminhos de pesca. Relataram que lá a pesca artesanal foi quase extinta. Fecharam um caminho centenário, mas o movimento dos pescadores venceu. Com o governo Lula, a pesca artesanal foi revitalizada e o Instituto Chico Mendes deu força aos pequenos. Há dez anos teve início uma reserva extrativista com benefícios como o retorno das espécies de peixes. A RESEX é o único modelo de UC que nasceu no Brasil, com a luta dos seringueiros liderados por Chico Mendes. A RESEX nasce da vontade do próprio povo de proteger o local onde vive, pois, assim como no caso da RDS, depende do pedido da comunidade ao ICMBIO. (Para saber mais sobre o processo de criação da RESEX acesse: http://www.icmbio.gov.br/menu/legislacao/instrucoes%20normativas/download/copy_o_f_portaria-no-245-de-18-07.2001)

A RESEX gera uma única proibição que é a da mineração nas lagoas para fazer calcário. No mais, as regras serão discutidas pelos próprios pescadores. O pedido foi feito da Barra de Ibiraguera a Barra do Ferrugem, dentro da APA, envolvendo apenas a lâmina d'água e não o território porque há muita construção irregular de empresários poderosos, o que dificultaria o processo em decorrência de questões judiciais. Hoje estão esperado o decreto e estão se organizando para, por meio da gestão participativa, estabelecer o manejo da pesca visando a sustentabilidade do estuário marinho. Trata-se do fortalecimento das políticas de gestão em RESEX e da fiscalização educativa

protagonizada pelos próprios pescadores. Há uma Comissão Nacional de Resex Marinhas. Reivindicam meios de comunicação que informem as políticas públicas de crédito para os pescadores e que as portarias que regulamentam a pesca artesanal sejam debatidas com a base de representação.

Os representantes dos pescadores no município de Guaraqueçaba afirmaram que, em Superagui, há demanda pela recategorização do Parque Nacional do Superagui em RESEX. Se for pedido os limites da RESEX encostado aos limites do Parque o decreto vem mais rápido. Apresentaram as seguintes demandas: dragagem do canal para acesso ao município, livre acesso aos recursos naturais, melhoria do atendimento de saúde, melhoria da comunicação, acesso ao território e consciência do espaço, acesso das mulheres ao seguro desemprego independentemente do período de defeso, coleta de lixo e consciência ambiental das pessoas da comunidade, melhoria do tratamento de água, ampliação e melhora dos trapiches, saneamento básico, revisão e verificação do limite do parque, melhoria do cemitério da ilha, curso de mecânica (barco a motor), iluminação do trapiche e luz elétrica nas comunidades que ainda não têm acesso.

Os representantes dos ilhéus do Rio Paraná são pescadores de água doce que sofreram com a construção das barragens de hidroelétrica de tal modo que metade dos peixes morreram e, mesmo assim, não apareceram por lá a Força Verde, o ICMBIO ou MMA. Criticaram a criação de leis sem participação do povo de tal forma que a democracia e os direitos humanos não se aplicam.

Os representantes de Guaíra relataram que há 14 anos esperam as indenizações em decorrência do conflito com a Itaipu, a qual gerou muitos prejuízos aos pescadores. Outro prejuízo vem da ação dos pescadores amadores por causa do tamanho do peixe pescado. Não há ajuda da Colônia. A pescaria é desenvolvida de modo familiar com a participação da mulher. Há pescadoras analfabetas. Ainda hoje há curandeiras. É necessário valorizar o preço do peixe assim como precisam de nota do produtor para a aposentadoria, o que não ocorre no caso da venda para atravessadores.

Foi realizada uma oficina sobre o que é ser pescador artesanal. De acordo com o conceito legal o parâmetro é menos de 10 toneladas. Foi debatido que o pescador artesanal é aquele que em um mês não pesca mais do que 12 ou 15 dias por causa do tempo, o que permite que os peixes procriem. Aprende desde criança com os seus pais a lidar com a terra e com os peixes. O pescador artesanal vive da natividade como seus pais. O direito de plantar as hortaliças ajuda a preservar os peixes. Antigamente todo mundo tinha a sua rocinha e todos eram pescadores. Assim também o pescador precisa

da madeira para fazer sua canoa, o remo. Portanto, questionam a repressão que sofrem. Relatou-se que no Estado de São Paulo tratam os pescadores com dignidade sendo que aqui no Paraná são tratados como vagabundo. A lei só diz para o pequeno as proibições sendo que para o grande tudo é permitido.

Foi apresentada a proposta de um projeto de lei para a câmara de vereadores visando tornar a prática do pescador artesanal em patrimônio público diante da importância da luta em âmbito municipal, já que os atores estão mais próximos. Apesar de a lei municipal não garantir a efetividade diante da lei federal, consiste em um início dado em âmbito local, no âmbito estadual a política de povos e comunidades tradicionais e em âmbito federal é necessário mudar a mentalidade governamental. O objetivo é que as práticas preservadas como patrimônio público imaterial do município sejam inscritas no livro de registro de práticas tradicionais. Outra questão é a auto-definição de pescador artesanal que desemboca em certidões de auto-reconhecimento, as quais deverão ser encaminhadas para a Comissão Nacional de PCT, MPA, MP, IAp, Secretaria Estadual de Cultura, EMATER, ICMBIO, IBAMA, FV. Posteriormente deverão ser levantadas quais as práticas tradicionais desenvolvidas.

Ficou definido que o próximo encontro dos pescadores artesanais do Sul do Brasil será em SC e depois no RS, anualmente. Serão feitas reuniões a cada 4 meses, uma em cada estado para que se possa conhecer diversas realidades. Criou-se a Comissão de Pescadores Artesanais do Sul do Brasil.

CARTA FINAL DO I ENCONTRO DE PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS DO SUL DO BRASIL



Nós Pescadores e Pescadoras Artesanais do Sul do Brasil, vindos dos Estados do Paraná, municípios de Guairá (Rio Paraná), Pontal, Guaraqueçaba, Antônia e Paranaguá, Estado do Rio grande do Sul, municípios de Capão da Canoa, Balneário Pinhal, Mostarda, Cidreira, Quintão e Palmares bem como do estado de Santa Catarina dos municípios de Imbituba, Florianópolis, Garopaba e Ibiraquera e demais convidados como representantes do governo estadual e federal, e movimentos sociais, tonalizando 155 lideranças, participantes do I Encontro de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Sul do Brasil que se realizou nos dias 13 e 14 de novembro de 2010 em Guaraqueçaba-PR, organizado pelo MOPEAR. Momento onde apesar das inúmeras formas de repressão ao modo de vida tradicional das Comunidades Tradicionais de Pescadores e Pescadoras Artesanais, encaminhamos como forma de manifestação a tantos conflitos e ameaças um espaço de debate e deliberação a nível sul do Brasil, denominada Articulação Sul do Brasil de Pescadores e Pescadoras Artesanais.



Portanto vimos por meio desta, reafirmar a nossa luta pelo reconhecimento e efetivação de direitos étnicos, culturais, territoriais e coletivos garantidos pelas normas internacionais, Constituição Federal, Leis, Decretos Federais e Estaduais por inúmeras vezes desrespeitados pela ação dos agentes do Estado.

Considerando que a legislação ambiental brasileira a partir do SNUC, assume a qualidade de um instrumento de gestão ambiental participativa e democrática, que prima pelo engajamento da sociedade em suas decisões e reconhece a existência de povos e comunidades tradicionais como agentes da conservação ambiental, questionamos a postura predominantemente repressora dos gestores públicos ao operar a política ambiental no Sul do Brasil atuando de forma desordenada e opressora no Paraná e Rio Grande do Sul e no País, quando de sua relação com Pescadores e Pescadoras Artesanais do Sul do Brasil. Em que pese estes grupos culturalmente diferenciados serem os responsáveis diretos pela conservação dos recursos naturais, por meio de suas práticas tradicionais de uso da biodiversidade, a ação do Estado tem-se estabelecido contra essas comunidades conforme um padrão de relações sociais marcado pelo

desconhecimento de suas especificidades culturais e étnicas, observado no flagrante desrespeito à legislação concernente aos direitos de povos e comunidades tradicionais, assim como, por medidas repressivas presente na rotina das instituições e dos agentes públicos, onde prevalece o cerceamento das condições de reprodução social e física, especialmente na medida em que se estabelecem unidades de conservação de proteção integral sobre territórios tradicionais à revelia da existência social destes grupos sociais e de seus conhecimentos tradicionais.



Disso, tem resultado inúmeras medidas punitivas e a conseqüente criminalização de seus membros qualificados como “agentes da degradação ambiental” de biomas que somente se mantêm conservados pela presença dessas comunidades tradicionais. Ao fazer prevalecer medidas repressoras contra esses grupos sociais, as instituições ambientais tem sistematicamente condenado à destruição e ao desaparecimento os próprios recursos naturais, tal como observado nos Parques Nacionais e nas APAs Federais e Estaduais do Sul do Brasil onde gradualmente a biodiversidade perde sua capacidade de homeostase em razão do desequilíbrio ecológico provocado pela ausência dos principais sujeitos da ação ambiental e suas praticas tradicionais. Tem-se ainda, permanentes ações de degradação promovidas por “saqueadores” dos recursos naturais que no momento, dado as medidas de deslocamento compulsório e restrições diversas que impedem a permanência dos Pescadores Artesanais, não permitem sua ação protetora aos referidos recursos, como historicamente observou-se. Reiteramos, assim, a necessidade de avançarmos na direção de medidas socioambientais operativas que contemplem a conservação da natureza em associação efetiva com direitos territoriais dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Sul do Brasil, uma vez que a realidade socioambiental reafirma esse pressuposto, visto que grande parte das áreas de preservação de matas nativas e recursos naturais marinhos no Litoral do Sul do Brasil são as ocupadas pelas comunidades tradicionais. Fica nítido que a matriz ecológica que orienta as praticas tradicionais destes grupos sociais se distingue sobremaneira da visão e ambição produtivista e mercantil da pesca industrial e especulação imobiliária que

tanta degradação tem ocasionado aos ecossistemas locais. Deste modo, provocamos esse momento, como iniciativa para encontramos o caminho da construção da natureza e do reconhecimento da diversidade sócio-cultural em nossos Estados do Sul do País.

Pescadores e Pescadoras Artesanais do Sul Brasil,

Guaraqueçaba, 14 de Novembro de 2010